

5

Considerações finais

“Cidadania negra feminina”: um direito a ser conquistado

Pontuamos inicialmente que ao eleger as religiões de matriz africana e, especialmente, a Comunidade Terreiro *Ilê Axé Iyemonjá Omi Olodo* para estudar a construção da identidade das mulheres negras não pretendemos desfazer e/ou desconsiderar os diversos outros espaços em que essa identidade se constrói e reconstrói cotidianamente. Estamos convencidas que há, com certeza, uma série de atividades em curso em outras Comunidades Terreiro pelo Brasil afora e, da mesma forma, aquelas atividades provenientes de outras expressões religiosas que desempenham também importante papel na construção da cidadania e da identidade de seus adeptos e frequentadores.

Evidenciamos que ao oferecer visibilidade a essa “mulher negra” do Batuque de Porto Alegre não deixamos de reconhecer os múltiplos fatores que constituem as mulheres negras na sociedade brasileira. São múltiplas mulheres, diferenciadas em suas dimensões de orientação sexual, opção religiosa, estilos de vida, valores estéticos, profissões – são as mães, trabalhadoras, brasileiras, religiosas – todas as guerreiras que habitam nesse ser, a mulher.

Nosso intuito com o presente trabalho se aproxima bem mais do desejo de contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia de re-conhecimento e construção dessa “mulher negra” enquanto sujeito que é, do que apontar uma forma adequada ou enquadrada do que é ser “mulher negra” no Brasil de hoje em dia. Temos, no entanto, nossas filiações ideológicas e elas nos conduziram até esse ponto: entendemos que a “mulher negra” está menos presente do que desejaríamos na historiografia brasileira, nos estudos das ciências sociais e, particularmente, na área do Serviço Social, essa profissão que se constrói com grande participação dessas mulheres, seja como estudantes, profissionais ou usuárias.

A discussão aqui proposta tem como marco referencial a promulgação da Constituição Federal de 1988, que inaugura um “novo” posicionamento a uma

série de “novos” sujeitos sociais. Ao mesmo tempo em que procurou romper com as marcas deixadas pelo regime militar de 1964, o novo texto Constitucional elevou à categoria de sujeitos de direitos grupos secularmente marginalizados na sociedade brasileira, como é o caso da população negra, das mulheres em geral e das mulheres negras, em particular.

Aí se inscrevem também as comunidades-terreiro, que empreendem esforços buscando o reconhecimento de sua legitimidade enquanto espaços construtores da cidadania, de inclusão social, de combate ao racismo e à intolerância religiosa. Estamos convencidas de que esse processo contribui para a construção e afirmação de “identidades negras positivas”, por meio da re-significação dos elementos culturais africanos e negros.

Da mesma forma, acreditamos que a conjugação desses fatores: territorialidade, identidade, “mulher negra”, religiões de matriz africana e políticas públicas no Brasil, nos revelam um amplo campo de estudos ainda a ser explorado pelas ciências sociais em geral e pelo Serviço Social, em particular.

Através da reconstrução de uma identidade fragmentada pela diáspora africana, os negros no Brasil re-inventaram modos de vida, a partir de relações permeadas por constantes processos de afirmação-negação de identidades, territorialidades e direitos. Presenciamos assim um *continuum* dos valores civilizatórios negro-africanos, num processo em que o enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa conduz à afirmação de uma identidade, pressupondo o reconhecimento e respeito à diferença.

Esse reconhecimento da diferença em uma dimensão política possibilita a efetivação de um “novo” sujeito coletivo, munido de capacidade para lutar pelo exercício de sua cidadania, num contexto em que as políticas públicas constituem um de seus únicos meios de acesso.

Assim, um desafio que tem sido encarado pelos religiosos de matriz africana e pela militância negra é a re-formulação da importância política de tais manifestações. Esse pode ser o caminho para que elas ocupem um novo lugar na sociedade brasileira, inclusive de executor legítimo de políticas públicas afirmativas – aí se evidencia a possibilidade de re-criação de uma identidade coletiva.

Nessa discussão, a consolidação de territórios negros é de fundamental importância, especialmente tendo em vista que ao vislumbrarmos as comunidades

- terreiro enquanto espaços de constituição e afirmação de “identidades negras positivas”, colocamos em pauta um processo de desmistificação das religiões de matriz africana na sociedade brasileira. Esses são possíveis espaços de transformação do processo de branqueamento, onde “... a lógica racista é contrariada, na medida em que (...) possibilita uma valorização da raça negra, sua cultura, sua religiosidade, sua ancestralidade e sua civilização” (Rodrigues, 2006, p. 60).

Evidencia-se que o local do sagrado cria aos adeptos dessas religiões um espaço de resistência cultural e social que se assemelha ao quilombo e se recria enquanto “quilombo simbólico”, multiplicando hábitos e valores advindos de outra cosmovisão que não a cristã-ocidental. Assim, induzem a afirmação de uma certa identidade, onde o território, como fonte de auto-reconhecimento e organização, metamorfoseia-se em territorialidade, produzindo significado e identidade.

Vimos que territorialidade e identidade são conceitos relacionados ao poder. Esse poder geralmente está ausente das relações estabelecidas pelas mulheres negras, o que transforma sua existência numa batalha: são processos constantes de afirmação-negação de direitos, identidades e territorialidades. Acreditamos que o reconhecimento da identidade pode conduzir ao exercício da cidadania, num processo em que a aceitação da diferença passa a ser o fator fundamental.

Nesse cenário, a cidadania tem se inscrito enquanto meta a ser alcançada pela atuação de diferentes sujeitos. Para as mulheres negras esse conceito, construído sobre uma imagem masculina e branca, apresenta o desafio de se construir na materialidade – é na prática dos sujeitos envolvidos para a busca de seu exercício que a “cidadania negra feminina” se constrói, a partir da ação dessas mulheres.

Elas que têm, em geral, uma inserção social marcada pela subalternidade, no terreiro desenvolvem novas relações, partindo de outros lugares – lá elas protagonizam situações variadas e ligam as esferas domésticas e religiosas ao restante da sociedade e ao Estado. Essas mulheres desempenham papel único tanto dentro dos terreiros, como em suas residências e no acesso da família às políticas públicas: as mesmas (mães) mulheres que “batem cabeça”, dançam na roda, arrumam a casa, cozinham, amam e educam as crianças, são as que

enfrentam filas e expõe-se à busca dos diversos serviços sociais e de saúde oferecidos pelo Estado em suas comunidades.

As informações colhidas nesta pesquisa quanti-qualitativa ofereceram-nos um retrato das mulheres negras de Porto Alegre. O perfil por ela revelado demonstra que dentro da multiplicidade que caracteriza as mulheres negras de Porto Alegre e de toda a diáspora africana, alguns aspectos particulares podem ser encontrados: a maioria de nossas entrevistadas se encontra na faixa-etária dos 30 aos 40 anos de idade, possuem Ensino Fundamental incompleto e suas trajetórias de vida são marcadas pela inserção fragilizada no mercado de trabalho, já que a maior parte está desempregada e uma considerável parcela encontra-se no mercado informal.

As mulheres demonstraram que a convivência com a discriminação racial é uma constante em suas vidas, pois identificam diferenças entre negros e brancos com relação ao acesso a emprego, educação e saúde, por exemplo. Ainda assim e mesmo frente ao padrão contemporâneo de identificação racial, que acaba “conduzindo” a um afastamento de identificação com a raça negra, nos deparamos com um alto padrão de auto-declaração para essa raça, mesmo dentre aquelas que poderiam “negociar” socialmente seu pertencimento racial – é o território negro produzindo significado e identidade.

Ao refletir sobre as aproximações entre o Batuque e o movimento negro, as mulheres evidenciaram que conhecem grupos do movimento negro, consideram as atividades propostas por ele importantes, mas, paradoxalmente, não participam de tais atividades. A partir dessas informações evidenciou-se um desafio a ser superado pelos movimentos negros: desenvolver o “pertencimento racial” na maioria negra, processo no qual as religiões de matriz africana têm papel fundamental, inclusive na formação de novos militantes.

As entrevistadas também revelaram que consideram que há relações entre o Batuque e o movimento negro, ou seja, para além dos aspectos religiosos, as “casas de religião” são identificadas por elas como espaços de transmissão de conhecimentos complementares sobre a cultura e a consciência negras. Podemos dizer que aí se evidencia a “síntese fundamental” (Pires, 2008), entre as atuações dos movimentos negros e as manifestações religiosas de matriz africana – é a “nova consciência negra” (Pereira, 2008) que está se forjando.

A categoria de análise “‘Mulher negra’, políticas públicas e cidadania” revelou um importante aspecto da relação que se estabelece entre essas mulheres e essas políticas: o desconhecimento a respeito do significado do termo, bem como das ações que a compreendem e da responsabilidade de sua execução. As informações colhidas evidenciaram também o paradoxo existente na relação negação - afirmação de identidades, em um contexto onde o estigma atribuído à inserção religiosa de matriz africana expõe constantemente à discriminação e intolerância, conduzindo também a relação de negação - afirmação de direitos. Vislumbramos, dessa forma, que o exercício da cidadania dessas mulheres está diretamente relacionado ao reconhecimento de sua diferença, em uma dimensão política.

Daí decorre, para a população negra em geral e para os adeptos das religiões de matriz africana em particular, um possível fenômeno que emoldura a relação movimento negro - religiões de matriz africana - políticas públicas em Porto Alegre: a convivência com um tipo de discriminação quase onipresente, já que os negros compõem número pouco expressivo frente à população branca da cidade, ocasionaria uma maior combatividade com relação a essa discriminação, conduzindo a um maior número de reivindicações de ações por parte dos governos.

As trajetórias de vida de nossas entrevistadas revelam aspectos importantes da construção de sua identidade racial. Foi possível identificar o embricamento entre sua entrada e trajetória no Batuque e a assunção de uma postura afirmativa na sociedade com relação a uma identidade negra, pautada na diferença enquanto direito.

Os diversos aspectos revelados na pesquisa demonstram que esse, sem dúvidas, é um campo de análise ainda a ser enfrentado pelo Serviço Social, enquanto profissão que intervém na realidade social – seja como desafio ou como possibilidade, tais questões estão “batendo à porta” desse profissional. O rompimento com a invisibilidade histórica que demarca a existência das mulheres negras está ligado ao reconhecimento da multiplicidade de papéis que ocupam, bem como de sua luta e resistência pela articulação de identidades e direitos, com vistas ao exercício da cidadania.